

CARTA ABERTA DAS DEFESAS CIVIS DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

Ao tratar do tema Proteção e Defesa Civil, diante da ocorrência dos desastres, os quais podem ser definidos como “Desastres Socioambientais”, o Estado de Santa Catarina se destaca no cenário nacional em virtude da sua geografia e capacidade de responder os consequentes impactos decorrentes desses eventos adversos e extremos.

No que tange à capacidade de responder e recuperar as infraestruturas públicas, assim como as condições de segurança e retorno à normalidade, reconhece-se que a experiência pretérita, o compromisso institucional de investimento em preparação e o amadurecimento da percepção de risco por parte da população, em especial àquelas pessoas que já incorporaram a cultura de prevenção, em conjunto, definem o Estado de Santa Catarina como um local seguro para se viver. Isso é prova que atingimos um grau de resiliência, a “*capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças*”, resultado do esforço coletivo, das experiências vividas no âmbito local e estadual e que refletem diretamente na capacidade de união, entre a população e as estruturas institucionais públicas e privadas.

Portanto, ao tratar da integração dos diferentes setores da sociedade e da administração pública, enxerga-se na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), ambos instituídos pela Lei nº 12.608/2012, a possibilidade de fortalecer as iniciativas e políticas em curso na esfera municipal, estadual e federal. Nesse sentido, é consenso entre os profissionais que atuam nos órgãos de Proteção e Defesa Civil a necessidade de um plano de preparação direcionado à estruturação dos órgãos municipais e a capacitação dos recursos humanos locais, a fim de garantir a continuidade das ações de defesa civil. Pois, a cada ano que passa não estamos mais longe do último desastre, e sim, mais próximo do seguinte.

Por isso, nós, Gestores e Técnicos Municipais de Proteção e Defesa Civil dos Municípios de Santa Catarina, reunidos na Câmara de Vereadores de Caçador/SC por ocasião do **I Seminário Estadual de Proteção e Defesa Civil**, realizado nos dias **09 e 10 de julho de 2024**, com a participação de cerca de 75 municípios representados por 170 participantes, reafirmamos a necessidade de ações conjuntas de alinhamento das políticas públicas de Proteção e Defesa Civil nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal e, assim, deliberamos e propomos:

Aos Prefeitos (as) Municipais atuais e candidatos:

Aos que carregam consigo a responsabilidade e zelar pela segurança das pessoas e funcionamento de uma estrutura municipal, destacamos o avanço que já conquistamos ao longo dos últimos anos na busca da qualificação dos órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil, refletindo positivamente no enfrentamento de crises, em resposta aos desastres. No entanto, essa evolução deve ser uma crescente, por isso, entende-se que o aprimoramento do serviço é urgente, possível por intermédio de investimentos. A exemplo temos as infraestruturas que já se mostram ineficientes diante da intensidade dos últimos eventos, e a necessidade de disponibilização de um corpo técnico funcional e efetivo, exclusivo do órgão de Defesa Civil. Assim como, o compromisso de investimento em preparação, a partir da estruturação dos órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil Municipal. Por isso, cabe aos gestores do executivo municipal darem esse passo importante dentro de seus respectivos Municípios, assegurando que as estruturas das Defesas Civas tenham todo aporte humano, profissional e financeiro para realizar o trabalho necessário neste enfrentamento. Destacamos a importância de se considerar que a vinculação das estruturas de defesa civil ao gabinete do executivo municipal seja o modelo de gestão mais adequado, a fim de garantir a autonomia do órgão, fator necessário para atuação livre de interferências burocráticas, as quais acarretam morosidade aos processos inerentes às ações de Proteção e Defesa Civil.

Às instituições de ensino:

Portadoras da ferramenta mais potente na busca pela evolução da sociedade, conclamamos para uma parceria edificante nessa área que tanto carece de informação para o desenvolvimento e fortalecimento de um núcleo de formação, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais de Defesa Civil. Uma sociedade onde a educação se mostra forte é uma sociedade com maior capacidade de compreensão e percepção dos riscos existentes e, conseqüentemente, mais preparada para o enfrentamento da mesma. A necessidade de criação de estudos voltados a área de desastres socioambientais, assim como formas de adaptação da sociedade ao ambiente em que se encontra, se torna latente diante dos cenários de agravamento de crises dentro dos ambientes urbanos.

Ao Governo de Santa Catarina:

Um exemplo estrutural de gestão estadual em proteção e defesa civil, a Secretaria de Estado exerce um importante papel no suporte técnico e de monitoramento aos municípios, mas que acaba sendo vulnerável na rotatividade de algumas áreas técnicas. Diante disso, consideramos de extrema importância, tanto pela segurança na qual os municípios depositam na estrutura estadual quanto pela gestão continuada dos projetos e programas de forma interna, a necessidade de ter um corpo técnico funcional e efetivo, por

isso, concursos públicos diretamente ligados às temáticas na gestão do risco e do desastre são urgentes para a manutenção e crescimento da qualidade técnica necessária à estrutura de defesa civil, servindo, ainda, como exemplo aos entes subnacionais.

Ao Parlamento Estadual e Federal:

Aos fazedores das leis e normas a serem seguidas por todos, chamamos para lutarmos, juntos, pela defesa e redirecionamento de recursos voltados à prevenção, mitigação e preparação das cidades frente aos desastres. Estudos indicam que a cada US\$ 1,00 (um dólar) investido em prevenção, revertem em US\$ 8,00 (oito dólares) em economia na resposta e recuperação, por isso, é necessária uma mudança de foco para que orientações e legislações defendam o investimento na gestão do risco, que antecede o desastre. Projetos e propostas que intentam o direcionamento de recursos para a previsão **orçamentária e financeira** e possa garantir o desenvolvimento da política pública de proteção e defesa civil.

Convocamos, através desta carta, uma marcha pela busca do pensamento crítico coletivo e o engrandecimento da pauta de Defesa Civil. A educação é o único caminho conhecido para a real evolução desse segmento e temos que unir forças para criarmos nosso futuro sólido e sustentável. Colocamos toda a Defesa Civil dos Municípios de Santa Catarina, representados pelo Colegiado de Proteção e Defesa Civil da Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios – FECAM à disposição para essa caminhada. Consideramos, desde já, vitoriosa essa união de forças demonstrada neste evento e continuaremos levando essa força adiante. Como membros da Defesa Civil, deixamos nosso lema bem explícito: Juntos, somos mais fortes.

Caçador/SC, 10 de julho de 2024.

Defesa Civil dos Municípios de Santa Catarina

Assinado pelos seus representantes: a Diretoria do Colegiado de Defesa Civil dos Municípios de Santa Catarina

JOSÉ ANTÔNIO VAZQUEZ
Sec. Adj. de Segurança Pública de Araquari
Presidente do CDC

SÉRGIO ELOY BISOTTO
Coordenador de Defesa Civil de Caçador
Vice-Presidente do CDC

FÁBIO MELERE

Coordenador de Defesa Civil de Timbó
1º Secretário do CDC

JONATA RETKE

Coordenador de Defesa Civil de Taió
2º Secretário do CDC

FABRÍCIO DE MELO

Coord. de Defesa Civil de Balneário Camboriú
Conselheiro do CDC

DANIEL FELIPE DELEVATTI

Coordenador de Defesa Civil de Palma Sola
Conselheiro do CDC

